

A REPETIÇÃO OPERATIVA NO DISCURSO DO "NOVO URBANISMO EUROPEU"*

OPERATIVE REPETITION IN THE DISCOURSE OF "EUROPEAN NEW URBANISM"

Gisela Barcellos de Souza**

RESUMO

Discute-se aqui a função que textos de manifesto podem assumir a partir da exposição do percurso de afirmação pública do "Novo urbanismo europeu" – cinco cartas publicadas ao longo de 11 anos, que apresentam o mesmo grupo sob nomes diferentes. Através da dificuldade em compreender tais textos sob os conceitos de "carta" ou de "manifesto" e da explicitação da auto-referência contínua que os permeia, coloca-se a condição da repetição como sua propriedade distintiva. Essa permite a fragmentação e multiplicação de um mesmo movimento e a apresentação de cada nascente como conciliador dos anteriores.

Palavras-chave: Manifestos; Cartas em arquitetura e urbanismo; Novo urbanismo.

ABSTRACT

This article discusses the function that manifesto texts can assume through the exposition of the public affirmation path of the "European new urbanism" – five charters published along a period of 11 years, presenting the same group under different names. First, it demonstrates the impossibility of approaching such texts as charters or *manifestos*. Through the exposition of their continuous self-reference, repetition is defined as a distinctive property of those texts, allowing the fragmentation and multiplication of the same movement and the presentation of each new source as a conciliation of previous ones.

Key words: Manifestos; Charters in architecture and urbanism; New urbanism.

* Este trabalho é decorrente da dissertação de mestrado "Re-dire et dé-dire: le nouvel urbanisme en Europe".

** Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em "Projet Architectural et Urbain: Théories et Dispositifs" pela Université de Paris VIII. Professora colaboradora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá.

Desde 1928 os C.I.A.M. (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) concentravam energias até então dispersas, realizando suas assembléias em diferentes cidades da Europa. Em 1933, foi Atenas... No período de opressão e de coibição da profissão (arquitetura e urbanismo) em 1941-1942, o nome de Atenas apareceu como um invólucro reluzente e o vocábulo de Carta como uma injunção a pensar corretamente. Os trabalhos do Congresso de Atenas constituíram a base da Carta. Era necessário redigir, coordenar, colocar entre as mãos do público uma matéria complexa, encontrar nesta época turbulenta uma forma suficientemente anônima para não comprometer, através da assinatura de um nome censurado como o meu, os objetivos ensejados por aquela edição. (LE CORBUSIER, 1957, p. 9-10)

Freqüentemente, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, os vocábulos “carta” e “manifesto” confundem-se, empregados como sinônimos. A Carta de Atenas, por exemplo, certamente o manifesto que obteve maior repercussão sobre a produção arquitetônica e urbanística do século XX, foi publicada sob o nome de “carta”.¹ Após a publicação desse texto original, uma quantidade considerável de manifestos foi publicada sob o nome de “carta” – como resposta à primeira –, a qual permite, de fato, verificar a especificidade que esse conceito – retirado de seu contexto jurídico – adquire na esfera arquitetônico-urbanística.

A palavra “manifesto” vem do latim *manifestare* (verbo) e *manifestus* (adjetivo). Como substantivo, os italianos foram os primeiros a empregá-la no

¹ Na língua francesa, na qual a “Carta de Atenas” foi redigida, não existe o sentido dúbio encontrado no português para o vocábulo “carta”: *charte* tem apenas o sentido jurídico – “escrito solene destinado a consignar direitos ou regulamentar interesses estabelecidos por representantes legítimos do povo” (LAROUSSE, 2002). Tal aspecto será abordado posteriormente neste artigo.

sentido de “escrito no qual nós nos justificamos de algo” (RICHELET *apud* BURGER, 2002). Ou seja, a partir desse novo significado cunhado no século XVII, vulgariza-se, dentre as demais línguas latinas, o conceito de manifesto como declaração através da qual um grupo visa a conciliar-se com a opinião pública.

Durante muito tempo o uso de tal vocábulo restringiu-se ao domínio político. Somente no século XIX, o termo “manifesto” migrou para o campo das idéias e doutrinas literárias e artísticas, ainda que a origem de tal deslocamento não seja objeto de consenso: “Alguns atribuem a Saint-Beuve o emprego do termo ‘manifesto’ em literatura, outros situam a emergência de manifestos literários no seio da batalha romântica” (BURGER, 2002, p. 20).

Entretanto, se o século XIX é responsável por sua incorporação na esfera literária e artística, é no século XX que o termo “manifesto” terá sua maior repercussão e se tornará o modo de expressão das vanguardas artísticas por excelência. As primeiras décadas do século passado foram marcadas por uma intensa publicação desse tipo de texto; tratava-se da única possibilidade de um grupo fazer-se ouvir. Tal produção foi incentivada pela cobertura da imprensa, que via nos manifestos – e nas polêmicas que engendravam – um viés para aumentar a venda dos jornais (BURGER, 2002, p. 186). Em meio a esse fenômeno de “urgência em ter a palavra”, muitos manifestos de vanguarda procuravam mais gerar polêmica que concretizar realmente mudanças no cenário ao qual se opunham (BURGER, 2002, p. 184).

O presente artigo propõe uma discussão sobre a função e o significado que os textos de manifesto de arquitetura e urbanismo podem vir a assumir na conjuntura atual. Para tanto, parte-se da explicitação do processo de afirmação pública de um grupo específico: o “Novo urbanismo” em sua vertente europeia.

Não trataremos aqui de “manifesto” em seu sentido abrangente – no qual uma obra arquitetônica ou um livro poderiam ser interpretados como tal –, mas em seu sentido estrito – texto que se auto-intitula manifesto –, definido por Marcel Burger como um gênero literário. Segundo esse autor, os manifestos são textos que aplicam regras “arquiconhecidas” (BURGER, 2002, p. 14): constituem reação a um momento de crise e, portanto, possuem uma referência obrigatória – pontual e circunstancial – no mundo real. Desempenham a função de denunciar a crise, de explicá-la e elaborá-la objetivamente para, em seguida, apresentar a solução do grupo manifestante e forçar a adesão pública à tese apresentada.

Os textos abordados a seguir inserem-se no contexto já citado: manifestos que se intitulam “cartas”. Trata-se de cinco cartas – publicadas ao longo de 11 anos – que registram a trajetória do grupo de arquitetos europeus organizados em torno de Léon Krier, desde sua primeira associação até a recente

oficialização, em abril de 2003, das relações estreitas que este possui com o “Novo urbanismo” americano.²

As cartas a que nos referimos são: “Carta da reconstrução da cidade”, 1992; “Carta da cidade do novo renascimento”, 1996; “Carta da fundação para a renovação urbana” (Byens Fornylse), 1998; “Carta da rede internacional para a construção, a arquitetura e o urbanismo tradicionais” (INTBAU), 2001; “Carta do conselho para o urbanismo europeu”, 2003. O conjunto dessas cartas européias será analisado paralelamente à carta do “Novo urbanismo” americano, de 1996, devido ao papel relevante que esta teve na definição da “Carta do conselho europeu de urbanismo”.

A natureza desses textos merece ser analisada mais profundamente. A premissa aqui desenvolvida é que sua abordagem não é possível – de maneira satisfatória – a partir do conceito de “carta”, nem do termo “manifesto”. Será necessário debruçar-se sobre o conjunto dessas “cartas” a fim de decifrar as características que permitem compreender os seus reais objetivos e fundamentos. Explorar-se-ão as fronteiras entre esses textos e os conceitos de carta e de manifesto de maneira a permitir uma aproximação à construção do seu real significado. Para tanto, há que se inserir, primeiramente, a produção desses textos no contexto em que foram produzidos.

CARTAS QUE SE SOBREPÕEM

O dito “Novo urbanismo” teve sua afirmação pública como movimento norte-americano através do primeiro CNU (*Congress for the New Urbanism*), em 1993, e da “Carta do CNU”, assinada em 1996. A vinculação oficial entre este e o supracitado grupo europeu deu-se apenas em 2003; entretanto, a explicitação do processo de sua construção demonstra a existência de relações entre arquitetos americanos e europeus, hoje à frente do “Novo urbanismo”, desde fins da década de 1970. Uma rede de trocas e influências teceu-se entre a Europa e os EUA durante todo o processo de organização do movimento americano e do grupo europeu que hoje reivindica a filiação ao primeiro. Tal afirmação pode ser comprovada ao se recuperarem os elementos nos quais se alicerça a história de ambos os movimentos.

Em 1978, era projetada Seaside, cidade balneária na costa da Flórida, posteriormente percebida como marco inaugural do “Novo urbanismo” americano. Para a sua concepção, firmou-se uma colaboração que viria a marcar

² A vinculação oficial do movimento europeu ao “Novo urbanismo” americano deu-se através da retomada de seu nome, da criação do Conselho Europeu-Americano do Novo Urbanismo e da proposição de um Conselho Europeu de Urbanismo (CEU).

a história do movimento: Andres Duany e Elizabeth Plater-Zybert – que se encontram dentre os principais idealizadores do “Novo urbanismo” – contaram com a consultoria urbanística de Léon Krier – na época, militante ativo do movimento esquerdista “Resistência antiindustrial”, cujos projetos urbanos teóricos fomentavam as lutas urbanas. A relação entre esses arquitetos, iniciada nessa época, prosseguiria ao longo desses 27 anos, tendo como signo a realização de projetos relevantes ao “Novo urbanismo”.

Uma segunda colaboração entre Léon Krier e Duany viria dez anos mais tarde e também selaria outra obra percebida como ícone do “Novo urbanismo”, desta vez na Europa. Trata-se de Poundbury, bairro de uma pequena cidade inglesa – Dorchester –, cuja execução foi patrocinada pelo Príncipe de Gales. Desde meados dos anos 1980, o príncipe vinha envolvendo-se em polêmicas no meio acadêmico e profissional devido a seus discursos críticos à arquitetura e ao urbanismo modernos (JENCKS, 1988). Nesse contexto, o bairro Poundbury foi construído para servir de modelo. Visando à construção de uma “cidade”³ sob os mesmos princípios de Seaside, o Príncipe Charles responsabilizou Léon Krier pelo plano geral de Poundbury e Andrés Duany pela elaboração da legislação das edificações. Desde então, Léon Krier tornou-se o tutor urbanístico do Príncipe Charles e este o principal fomentador da arquitetura e do urbanismo tradicionais na Europa.

Sob a proteção e o incentivo do Príncipe Charles, o movimento europeu pela arquitetura e urbanismo tradicionais – que, durante a década de 1980, apenas esboçava-se nas publicações da revista belga AAM (*Archives de l'Architecture Moderne*) – viria a assumir novos moldes, a mudar suas estratégias e afirmar-se de maneira mais enfática (SOUZA, 2004).

A entrada em cena pública de tal grupo europeu foi marcada pela publicação de uma primeira “carta”, em 1992, no catálogo da Primeira Trienal de Bolonha “A vision of Europe” – exposição e conferência internacional, idealizadas pelo Príncipe de Gales, que tinham por objetivo a promoção de uma tendência em arquitetura e urbanismo (TAGLIAVENTI, 1992, p. 5). Tal “carta”, de autoria de Krier, é uma republicação de sua “Carta da reconstrução da cidade européia” (publicada originalmente em 1980, ainda sob a firma da “Resistência antiindustrial”) com significativas alterações em seu texto, inclusive no título. Nela são expostos princípios de um projeto de cidade que viriam a ser reafirmados pela Carta do Congresso para o Novo Urbanismo (CNU) e pela Carta do Conselho Europeu de Urbanismo (CEU).

Embora o supracitado evento tenha contado, sobretudo, com a presença de profissionais europeus, arquitetos representantes do movimento america-

³ Inicialmente pretendia-se construir uma nova cidade, mas a proximidade do perímetro urbano de Dorchester acabou por descartar tal intenção (SPRING, 2000).

no, que viria a se chamar “Novo urbanismo”, tiveram nele uma participação ativa. A presença expressiva de suas obras dentre as publicadas no catálogo da exposição de Bolonha demonstra a consciência da confluência de idéias entre arquitetos europeus e americanos.

Em face dessa convergência, durante as reuniões realizadas nos Estados Unidos para a estruturação do primeiro Congresso para o Novo Urbanismo (CNU), colocou-se em pauta a proposição de um congresso de âmbito internacional através da vinculação oficial ao movimento pela arquitetura e urbanismo tradicionais que se organizava na Europa (KATZ, 2002, p. 32). Entretanto, a polêmica em torno do ativismo do Príncipe de Gales e os extensos debates trazidos ao seio de seu Instituto de Arquitetura adiaram tal associação. Segundo Katz (2002, p. 32), os participantes “estimaram que tais discussões poderiam engendrar o afastamento dos não-arquitetos implicados na execução de novas abordagens de planejamento”. Dessa forma, em 1993, o “Novo urbanismo” foi oficializado no primeiro CNU como um movimento somente americano.

Na ocasião da segunda Trienal de Bolonha, em 1996 – da qual representantes do “Novo urbanismo” americano também participaram –, houve a redação e assinatura da segunda carta do grupo europeu, a “Carta da cidade do novo renascimento”. No mesmo ano, durante o CNU IV, a Carta do Congresso para o Novo urbanismo foi assinada.

O grupo europeu ainda passaria por outras duas cartas – a Carta da “Byens Fornylse”, em 1998, e a Carta da INTBAU, em 2001 – antes de retomar do nome americano em abril de 2003 e de assinar a Carta do Conselho do Urbanismo Europeu (CEU) em novembro do mesmo ano.

UM PROJETO DE CIDADE, CARTAS DIVERSAS

A cada nova carta, um novo nome é cunhado ao mesmo grupo de arquitetos europeus. Em todas permeia, com maior ou menor acuidade, o projeto de cidade defendido por Krier desde a década de 1970, elaborado no contexto da “Resistência antiindustrial” – movimento de esquerda vinculado às lutas urbanas de Bruxelas.

O projeto da Resistência antiindustrial tinha no bairro de usos mistos, classes sociais diversas e distâncias acessíveis ao pedestre a base para a organização das cidades. A cidade seria um agrupamento desses bairros autônomos interligados por “corredores” e a região um agrupamento de cidades. A cada uma das diferentes escalas haveria um centro e limites nítidos. Os espaços públicos deveriam possuir proporções familiares e serem conformados por uma arquitetura que respeitasse os padrões tradicionais.

Se o projeto defendido pelos dois movimentos é praticamente o mesmo, a diferença entre estes é, no entanto, quase abissal. Um simples paralelo entre a “Carta da reconstrução da cidade europeia” de 1980 e sua republicação alterada em 1992 sob o título de “Carta da reconstrução da cidade” *tout court* permite tal distinção, necessária à compreensão dos rumos tomados pelo “Novo urbanismo” e do papel desempenhado por suas cartas.

A pequena modificação no título de 1992 previne o leitor de que, apesar de toda semelhança, não se trata exatamente do mesmo conteúdo: na carta publicada em 1992, o adjetivo “europeu” desaparece. Essa alteração, que poderia facilmente passar despercebida, não é, no entanto, inócua; denota a mudança de público ao qual a carta direciona-se. Se antes limitava-se à cidade europeia, na segunda versão já não possui limites geográficos.

Assim como os títulos, o corpo do texto de ambas é semelhante, mas não idêntico. Apenas a troca de algumas palavras, exclusões de certas frases e inserções de outras são suficientes para antever os diferentes contextos ideológicos de publicação das duas cartas. Na primeira, a ênfase é dada às lutas urbanas e à pressão democrática como os únicos instrumentos capazes de barrar a expansão do *zoning* – procedimento que, segundo o texto, atende à lógica da produção industrial. Na segunda carta, esses argumentos esquerdistas cedem lugar a outros que valorizam aspectos ecológicos e morais no mesmo projeto.

Principal mudança está, entretanto, na exclusão do seguinte parágrafo que se encontrava no final do texto de 1980: “Paradoxalmente, nós seremos os únicos que poderão um dia realizar este projeto de reconstrução se hoje nos recusarmos a construir” (KRIER, 1980, p. 22). O abandono da refutação à construção distingue completamente os objetivos das duas cartas. A primeira propunha o projeto de cidade exposto como referencial à organização das lutas urbanas e pretendia, através de suas premissas, repensar a função social do arquiteto; na segunda, o projeto apresentado – além de moral e ecológico – é sobretudo executável.

DA UTILIZAÇÃO DO VOCÁBULO “CARTA”

Todas essas cartas que se sobrepõem colocam em questão o significado do ato de escrever e de assinar uma carta. Vamos, inicialmente, proceder a uma breve análise etimológica de tal termo. Derivativo de *chártes* em grego e *charta* no latim – “papel escrito” –, a palavra *chartula* significava, no latim jurídico, “pequeno papel escrito, ata” (NASCENTES, 1966). De *charta* originaram-se as palavras “carta” em português e *lettre* em francês; de *chartula* procederam os vocábulos “carta” em português e *charte* em francês.

Se, na tradução para a língua portuguesa, a palavra empregada para nomear o manifesto dos CIAM pôde assumir um significado dúbio, o mesmo não ocorre na língua original em que foi escrito: nela “carta” possui apenas o seu significado de propósito jurídico; trata-se, nesse caso, de uma lei, de uma regra fundamental a ser respeitada. Uma carta deve estabelecida por representantes de um povo, logo, constitui uma consagração legítima.

No entanto, nem a carta do CIAM, nem as cartas do grupo que viria a se chamar “Novo urbanismo” europeu têm a sua elaboração num quadro condizente com o acima descrito. A primeira – assim como a “Carta da reconstrução da cidade” de 1992 – nunca foi assinada pelo grupo que diz representar, e as que o foram tiveram a sua assinatura inserida no contexto de um movimento de arquitetura e de urbanismo, no qual a adesão dos membros se faz através da comunhão de idéias pessoais, colocando-se fora de qualquer instância representativa. Portanto, a condição fundamental da palavra “carta”, como documento representativo, é desrespeitada, tornando problemática a abordagem de todos esses escritos a partir de tal acepção.

Conforme abordado, o emprego do vocábulo “carta” e não “manifesto” nos textos do “Novo urbanismo” deve-se ao ensejo destes em constituírem uma resposta à Carta de Atenas. Deve-se, então, buscar uma possível interpretação para o fato de o manifesto dos CIAM ter sido publicado sob o nome de “carta”.

A publicação de manifestos diversos sob a égide das vanguardas artísticas, como vimos, era ato corrente no início do século XX. Segundo Burger (2002, p. 184), as mesmas vanguardas que transformaram o manifesto em seu meio de comunicação por excelência engendraram, por outro lado, uma ruptura na estrutura desse gênero textual, modificando a maneira pela qual o compreendemos e interpretamos. A partir da análise de três manifestos paradigmáticos – do futurismo, do dadaísmo e do surrealismo – o autor demonstra “a ruptura que desloca o sentido dos manifestos, (...) na qual o espelho de intencionalidade se deforma, obrigando, desde então, uma leitura vanguardista dos manifestos, tornando caduca e insignificante uma leitura ordinária do manifesto” (BURGER, 2002, p. 186). Os manifestos vanguardistas tornaram-se, a partir desses três textos emblemáticos, provocativos e polêmicos. A autonomia do grupo que os apresentava passou a ser procurada através da rejeição que suscitavam (BURGER, 2002, p. 206). A referência deixou de ser o mundo real e passou a ser o inédito.

O contexto na esfera arquitetônica do início do século XX não divergia muito do acima descrito: encontramos a mesma efervescência de manifestos entre as vanguardas arquitetônicas. Ao analisarmos a antologia de manifestos de arquitetura do século XX organizada por Conrads (1964) – que apenas selecionou textos que exerceram uma influência determinante na arquitetura da Europa ocidental ou que representaram um ponto de partida ou desfecho

particular (CONRADS, 1964, p. 12) –, percebemos a existência de 45 manifestos significativos publicados anteriormente à Carta de Atenas.

A publicação, em 1942, da Carta de Atenas – redigida por Le Corbusier com base nos debates do CIAM VI, de 1933 – sob o nome de “carta”, poderia ser interpretada como um desejo de diferenciar-se de todos esses textos facilmente contestáveis. Entretanto, contentar-se com essa primeira explicação seria aceitar uma justificativa lacunar, uma vez que se baseia apenas na escolha de um nome distinto de manifesto e não explora o significado real do novo título escolhido.

O desejo dos CIAM de produzir princípios para as cidades passíveis de serem provados cientificamente já foi amplamente analisado e debatido. Chapel (2002), por exemplo, aborda a tentativa de incorporação de métodos científicos pelos CIAM através da normatização do processo de produção dos mapas temáticos e padronizados de 33 cidades, utilizados como base para os debates do CIAM VI.

Essa recorrência à ciência como apoio à defesa de teorias já foi abordada, por Choay (1956 e 1980) e Tafuri (1978), como propriedade distintiva dos textos de arquitetos e urbanistas, em geral:

Se se confrontar a produção literária dos arquitetos e a de outras categorias de manipuladores ou criadores de formas – dos pintores aos cinematográficos – será fácil notar uma diferença. Enquanto estes últimos, ao escreverem, têm bem presente a necessidade de dar uma forma discursiva a uma poética pessoal, ou de se expor problemas relativos a uma ótica fortemente deformada, os primeiros tendem, na maior parte dos casos, a conferir uma forma objetiva e uma dignidade científica à sua especulação. (TAFURI, 1978, p. 188)

Nesse contexto, percebe-se que, assim como os CIAM buscavam o respaldo científico para definir e legitimar princípios universais para as cidades, a utilização da palavra “carta” poderia demonstrar a busca de uma legitimação jurídica. Dessa forma, a palavra “carta”, que deveria evocar a afirmação de “regras” – princípios genéricos –, passa a ser utilizada para a divulgação e proposição de um “modelo” de cidade, com contornos nitidamente definidos, a ser repetido tal qual.

Vê-se que a publicação, sob o nome “carta”, das cartas do grupo hoje denominado “Novo urbanismo europeu” é uma referência à Carta de Atenas. O paradigma dos CIAM e de sua carta é fundamental para a organização do “Novo urbanismo” e até mesmo confessado por Andrés Duany.⁴ Tal refe-

⁴ “[Leon Krier] me disse certa vez que ‘nós devemos refundar os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna’. O que ele quis dizer foi que os CIAM foram a última organização que ampla e eficazmente mudou a maneira pela qual nós concebíamos o mundo. Eu mantive sempre isto em mente, particularmente para a definição de certos elos na evolução do “Novo urbanismo” (DUANY *apud* KATZ, 2002, p. 35).

rência pretende evocar a eficácia daquele movimento. O mencionado paralelismo entre as estratégias de organização de ambos os movimentos pode ser confirmado em diversos detalhes: a nomeação do movimento de “congresso” e sua abreviação pelas iniciais CNU; a numeração dos congressos por números romanos – CNU I, CNU II etc. –; a estrutura em itens numerados das cartas do CNU e do CEU; o fato de a carta do CNU ter sido assinada no CNU IV (referência direta ao CIAM IV) e a assinatura da carta do CEU 60 anos após a Carta de Atenas.

Se, por um lado, os “novos urbanistas” utilizam o conceito “carta” para nomear seus manifestos, da mesma forma que os CIAM o fizeram, não desconhecem, no entanto, o seu real significado. A introdução de Leon Krier à “Carta da reconstrução da cidade” de 1992 o demonstra: “[Uma carta] é o complemento necessário de uma constituição política de um povo” (KRIER, 1992). Esse trecho leva a compreender que a utilização da palavra “carta” pelo “Novo urbanismo” desempenha uma dupla função: constituir uma resposta à Carta de Atenas e, ao mesmo tempo, legitimar o texto apresentado através de sua significação jurídica.

DAS PROPRIEDADES FORMAIS CARACTERÍSTICAS DOS MANIFESTOS

Não obstante intitularem-se “cartas” e aproveitarem a significação desse vocábulo, as cartas do Novo urbanismo, em sua forma, correspondem às características dos manifestos. A fim de verificá-lo, procederemos a uma breve análise transversal dos textos produzidos desde 1992, evidenciando suas características de manifestos. Para tanto, apoiar-nos-emos na grade de análise de manifestos proposta por Burger (2002). Os manifestos, segundo tal autor, possuem, em sua acepção ordinária, uma estrutura formal própria que pressupõe, invariavelmente, a expressão das seguintes funções: fundamentação numa realidade de crise; informação (relato racionalizado da crise); tomada de posição (apresentação da solução dos manifestantes) e apelo à reação.

A análise transversal realizada a partir de tais parâmetros do conjunto das cartas do Novo urbanismo permitiu-nos observar que – com exceção da carta do INTBAU, que não se opõe a nenhuma situação – todas as outras organizam-se de forma binária, opondo uma realidade de crise à proposição de uma solução.

Entretanto, se em sua forma de estruturação essas cartas podem corresponder a manifestos, vários motivos nos impedem de abordá-las como tais. Estes poderiam ser resumidos em duas condições fundamentais dos manifestos e ausentes em todas as cartas analisadas: o “caráter de reação à deflagração de uma crise” e o “valor inaugural”.

Apresentar aqui uma revisão bibliográfica dos escritos sobre o urbanismo desde a década de 1960, a fim de demonstrar que tais cartas repetem uma série de críticas ao planejamento urbano e expõem uma crise amplamente abordada e analisada, além de se mostrar desnecessário revelar-se-ia, ao fim, inócuo, pois tal denúncia já é objeto de consenso. A busca do “Novo urbanismo” pelo consenso já foi identificada por Alex Krieger em sua análise da carta do CNU: “Ao ler a carta, encontrei poucos itens dos quais eu poderia discordar. De fato, encontrei poucas premissas das quais qualquer um poderia discordar. (...) O feito mais notável [do novo urbanismo] é escrever um texto que contém o que a maioria das pessoas acredita e as fazer crer que estes princípios são de propriedade dos que subscrevem ao movimento” (KRIEGER, 2002).

A publicação dessas cinco cartas com um interstício de, no máximo, quatro anos, apresentando sempre o mesmo grupo, coloca em xeque o “valor inaugural” do manifesto. Segundo Burger (2002), apesar da existência de diversos atos públicos antecedentes à assinatura de um manifesto – tais como reuniões, declarações⁵ e outros –, é a sua publicação que deve marcar oficialmente a entrada do grupo na cena pública. No caso do grupo europeu hoje denominado “Novo urbanismo”, essa apresentação oficial ao domínio público já se concretizou por diversas vezes sob diversos títulos, mas sempre com a defesa do mesmo projeto de cidade.

DA REPETIÇÃO OPERATIVA

A partir da análise desenvolvida até aqui, pode-se afirmar que os textos do “Novo urbanismo” não correspondem satisfatoriamente aos conceitos abordados. Nem cartas, nem manifestos, os textos que o “novo urbanismo” nomeia “carta” têm na repetição sua principal característica distintiva.

Primeiramente, deve-se especificar o que se entende aqui como repetição. Não se trata do simples fato de publicar textos de manifesto periodicamente – o “De Stijl”, por exemplo, exprimia-se freqüentemente através de manifestos. A repetição está no fato de todos esses textos possuírem um conteúdo semelhante e apresentarem o mesmo grupo sob nomes diferentes. Como demonstraremos a seguir, tal repetição procede de modo a tornar o projeto de cidade defendido cada vez mais consensual e apresentá-lo como a convergência de idéias distintas.

⁵ Marcel Burger distingue os manifestos das declarações: os primeiros são necessariamente mais elaborados que as segundas.

Em todas as cartas, a defesa da arquitetura e urbanismo ditos “tradicionais” é afirmada. Nas cartas do CNU e do CEU, a palavra “tradicional” é substituída pelo respeito à “herança cultural” ou “história local”, demonstrando, através da utilização de expressões mais neutras, a busca por maior assimilação pelo público profissional. Se a retomada de princípios tradicionais da arquitetura e do urbanismo poderia dificultar a adesão de alguns, o mesmo não ocorre quando substituídos por princípios mais genéricos – como o respeito pela história local – que já se tornaram objeto de consenso.

Excetuando-se a “Carta do INTBAU” e a “Carta da Fundação para a Renovação Urbana” – que se restringem à defesa de princípios tradicionais na cidade, sem os precisar –, as outras propõem um projeto de cidade com maior grau de elementos. Ao se comparar o conjunto das cartas, percebe-se que o mesmo projeto de cidade é retomado sob diferentes formas que não implicam reais modificações. Os princípios desse projeto são ainda os da “cidade dentro da cidade” – ou a cidade polinucleada organizada em bairros autônomos, defendida por Krier desde o fim dos anos 1970.

A comparação entre as cartas permite também a constatação de maior semelhança entre as cartas do CNU e a do CEU, esta última retomando a estrutura do texto da primeira e todas as suas premissas. Analisando-se comparativamente essas duas cartas em relação às precedentes, sob o enfoque das lacunas existentes naquelas – ou seja, o que não foi retomado do projeto de cidade exposto nas demais –, pode-se concluir que as medidas e os números precisos (que dificultavam a aplicação em larga escala do modelo proposto) foram substituídos por preceitos mais amplos e menos polêmicos.

Não por acaso, a carta de 1992, responsável pela primeira aparição pública do grupo que mais tarde viria a se chamar “Novo urbanismo europeu”, é uma republicação modificada da “Carta da reconstrução da cidade européia” escrita por Krier em 1980, como já demonstramos. Tal fato é signo da auto-referência contínua que marca a ação do “Novo urbanismo” desde seu ato inaugural: a apresentação do movimento nascente na década de 1990 é feita através da evocação (e distorção) do movimento passado – a Resistência antiindustrial.

A contínua repetição do já afirmado anteriormente através da proposição de um novo nome para o mesmo grupo poderia ser indício da fraqueza desses textos como manifestos. Entretanto, o “Novo urbanismo europeu” faz do volume de cartas uma estratégia. Se os signatários responsáveis pela organização dessas cartas mudam pouco de uma a outra, a existência de vários nomes para designar um grupo semelhante permite a legitimação da assinatura da carta seguinte. Afinal, a cada nova carta todas as fundações, associações, redes e conselhos criados anteriormente subscrevem o novo texto, ampliando a impressão de convergência de idéias.

A explicitação desse processo de repetição permite compreendê-lo como um dispositivo de construção de uma história. Nesse sentido é possível estabelecer um paralelo com o conceito de crítica operativa estabelecido por Tafuri: “A crítica operativa projeta a história passada projetando-a em direção ao futuro (...), antecipando as vias de ação, força a história” (TAFURI, 1978, p. 168).

Fora do domínio da crítica teórica, no entanto, os textos aqui abordados forçam a história através de sua repetição no tempo – o que chamaremos aqui de repetição operativa. Assim como a crítica operativa, esses textos podem surgir “quando uma estagnação inquieta torna evidente a necessidade de uma coragem nova” (TAFURI, 1979, p. 178).

Se as vanguardas do século XX romperam com a estrutura do manifesto ao procurarem a auto-afirmação pública através da rejeição, os textos do “Novo urbanismo”, apesar de se assemelharem formalmente a manifestos, saíram do domínio dos manifestos ao negá-los por completo: não há nenhuma função a ser desempenhada na apresentação pública de um manifesto e de um novo grupo; o papel de tais textos é cumprido apenas através de sua repetição. A repetição operativa permite a fragmentação e multiplicação do movimento. Em vez de enfraquecê-lo, esses diferentes nomes servem de estratégia à legitimação do “novo urbanismo” que aparece como conciliador de diversos movimentos.

Referências

- BURGER, Marcel. *Les manifestes: paroles de combat: de Marx à Breton*. Lonay: Delachaux et Nieslé, 2002.
- CHAPEL, Enrico. *Cartes et figures de l'urbanisme scientifique en France (1910-1943): recherche sur le rôle et les fonctions de la statistique et de l'unification graphiques dans la production des doctrines urbaines*. 2000. Tese (Doutorado) – Université de Paris, Ecole Doctorale em Urbanisme, França.
- CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie*. Paris: Seuil, 1965.
- CHOAY, Françoise. *La règle et le modèle: sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris: Seuil, 1980.
- CONRADS, Ulrich. *Programas y manifestos de la arquitectura del siglo XX*. Barcelona: Lumen, 1973. 293p.
- DUANY, A.; PLATER-ZYBERT, E.; SPECK, J. *Suburban nation: the rise of sprawl a decline of the american dream*. New York: North Point, 2000.
- ELLIN, N. *Postmodern urbanism*. New York: Princeton Architectural, 1999.
- IRAZABAL, Clara. De la carta de Atenas al nuevo urbanismo. Qué significa para Venezuela? *Entre Rayas*, Caracas, n. 21, 1997.

- JENCKS, C. **The Prince, the architects and the new wave monarchy**. London: Academy Editions, 1988.
- KATZ, P. **Seaside debates**. Florida: Rizzoli International Publications, 2002.
- KRIEGER, Alex. Arguing the ‘against’ position: new urbanism as a means of building and rebuilding our cities. In: KATZ (Org.). **Seaside debates**. Florida: Rizzoli International Publications, 2002. p. 51-58.
- KRIER, L. Charte de la reconstruction de la ville européenne. In: CULOT (Org.). **Leon Krier: Drawings 1967-1980**. Bruxelles: A.A.M., 1981. p. 14-19.
- KRIER, Leon. Charte de la reconstruction de la ville. In: TAGLIAVENTI, G. (Org.). **A vision of Europe: mostra internazionale di architettura e urbanistica – Bologna 1992**. Florencia: Alínea, 1992. p. 41-55.
- LE CORBUSIER. **La charte d’Athènes**. Paris: Éditions de Minuit, 1957.
- MONTANER, J. M. **Después del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1993.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.
- SOUZA, G. B. **Re-dire et dé-dire: le nouvel urbanisme en Europe**. 2004. Dissertação (Diplôme d’Études Approfondies) – Université de Paris VIII, Paris.
- SPRING, M. **We hate to say it but... building**. London: Building, 2000.
- TAFURI, M. **Teorias e histórias da arquitetura**. Lisboa: Presença, 1979.
- TAGLIAVENTI, G. **A Vision of Europe: mostra internazionale di architettura e urbanistica**. Bologna: Alinea, 1992.

Endereço para correspondência:
Universidade Estadual de Maringá
Campus Universitário, Avenida Colombo, 5.790
87020-900 – Maringá – PR
e-mail: gisela.barcellos@terra.com.br